



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 27/2025

**QUE DENOMINA LOGRADOUROS PÚBLICOS NO
MUNICÍPIO DE IGARAPAVA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Igarapava, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, inciso XV, da Lei Orgânica Municipal, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º A Estrada Municipal, logradouro público no Município de Igarapava no trecho compreendido entre a Rua Cel. José Alves Ferreira e a propriedade denominada Chácara Paraná de propriedade do Senhor Edimar Pimentel, passa a denominar-se Rua Bevilar Silva Basilio.

Parágrafo único. A denominação atribuída neste artigo será registrada nos cadastros municipais competentes, observadas as normas de padronização e georreferenciamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Igarapava, 24 de julho de 2025.


FREDERICK REQUI MENDONÇA
Vereador da Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade denominar oficialmente a Estrada Pública situada no trecho compreendido entre a Rua Cel. José Alves Ferreira e a propriedade denominada Chácara Paraná de propriedade do Senhor Edimar Pimentel, no Município de Igarapava, em atenção à necessidade administrativa de organização cartográfica e cadastral da malha urbana, bem como em reconhecimento ao legado do cidadão que contribuiu para o desenvolvimento da cidade.

A denominação de logradouros públicos é prerrogativa da Câmara Municipal, nos termos do artigo 29, inciso XV, da Lei Orgânica Municipal, que autoriza a alteração da nomenclatura de próprios, vias e logradouros públicos.


A homenagem, aqui proposta buscam preservar a memória do cidadão ilustre, já falecido, cuja trajetória pessoal e profissional marcou positivamente a história da comunidade igarapavense. O nome sugerido de Bevilar Silva Basilio está acompanhado de sua respectiva certidão de óbito, conforme dispõe o art. 4º das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, que veda a atribuição de nome de pessoa viva a bens públicos.

A medida também atende ao princípio da impessoalidade previsto no art. 37, §1º, da Constituição Federal, assegurando que a atribuição de nomes a bens públicos não configure promoção pessoal, mas sim um ato legítimo de valorização da história e da cultura local.

Por fim, ressalta-se que a definição clara e oficial dos nomes das vias públicas é de suma importância para fins de registro imobiliário, localização de endereços, prestação de serviços públicos e atividades comerciais.

Diante do exposto, submeto a presente proposta à apreciação dos nobres pares, contando com seu apoio para a aprovação do Projeto de Lei.

Sala das Sessões, Igarapava – SP, 24 de julho de 2025.


FREDERICK REQUI MENDONÇA
Vereador da Câmara Municipal de Igarapava